

MEIO AMBIENTE

Celulose, papel e reflorestamento: ameaças para a Amazônia

A implantação de indústrias de celulose, papel e reflorestamento com eucalipto está ameaçando o frágil ecossistema da pré-Amazônia e Amazônia, no Maranhão e Amapá, conforme denúncias feitas por entidades ambientalistas e o Fórum de Entidades da Sociedade Civil (AP). No caso do Maranhão, um grande empreendimento da ordem de US\$ 1 bilhão está em fase de implantação na chamada pré-Amazônia Maranhense, região situada no Bico do Papagaio com problemas de violência e conflitos de terra. É a Indústria de Celulose e Papel S.A. (Celmar), numa sociedade entre a CVRD (42,5%), Grupo Ripasa (42,5%) e a corporação japonesa Nissho Iwai (15%), devendo ocupar uma área de 180 mil hectares. A empresa pretende produzir 400 mil toneladas de celulose/ano, sendo 80% destinado ao mercado externo.

A empresa, denunciada pelos ambientalistas, está na região desde 1992 quando iniciou o plantio do eucalipto ainda em pequena escala. Porém, nesses quatro anos já produziu muitos danos. As entidades sociais da região denunciam o uso abusivo de produtos tóxicos, contaminação de trabalhadores, poluição de córregos, violação da legislação trabalhista (condições degradantes e desumanas de trabalho), desarticulação da pequena produção, estímulo à venda de terras pela elevação do valor imobiliário das propriedades, e desequilíbrio na fauna e flora da região. De acordo com moradores, informam os ambientalistas, devido ao uso do agrotóxico em grandes quantidades, são encontrados pequenos pássaros, coelhos e cobras mortos, dentro da área de plantio.

Agora, a Celmar pretende aprovar o Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), em audiência em Imperatriz, onde a empresa tem a sede. Especialistas já estão apontando uma série de irregularidades, sendo a principal delas o fato do Rima ter sido feito enfocando apenas o aspecto florestal, quando segundo a legislação, deveria ser global, floresta-indústria. A empresa pretende produzir papel e celulose, mas quer aprovar primeiro o empreendimento florestal; dois anos depois promete apresentar o EIA/Rima da

parte industrial. Dessa forma, a sociedade civil não sabe onde será instalada a indústria, como será a indústria e quais os impactos sociais e ambientais que ela causará na região.

O caso é grave - afirmam os ambientalistas -, porque o Maranhão não tem estrutura técnica e científica para acompanhar com o devido rigor e imparcialidade, a implantação de um empreendimento como o da Celmar. Inclusive, a governadora Roseana Sarney já declarou que a Celmar é "um empreendimento prioritário para o Maranhão". Os sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs sociais e ambientalistas do Estado, estão adotando algumas providências contra o EIA/Rima: elas querem que a Celmar faça o EIA/Rima tratando também da parte industrial, e que as audiências públicas sejam realizadas em todos os municípios atingidos pelo projeto e não apenas onde está situada a sede da empresa.

Impacto Ambiental e Compra de Terras Públicas

A presença da Chamflora, uma

subsidiária da Champion Papel e Celulose no Amapá, está acarretando os mesmos problemas que a Celmar no Maranhão. O Fórum da Sociedade Civil Organizada do Amapá vem se colocando não só contra os métodos que a empresa usa para adquirir terras - pressão sobre os pequenos agricultores e compra de terras públicas em operações nada transparentes -, como aponta falhas graves no EIA/Rima apresentado pela Champion Papel e Celulose Ltda, para o "projeto industrial", bem como o apresentado pela empresa STPC sobre o "projeto florestal" da Chamflora - Amapá Agroflorestal.

"As falhas contidas nos projetos são tão evidentes e graves que sugerem a retirada do mesmo e a elaboração de outro EIA/Rima feito por outra empresa", afirma o Fórum. O primeiro problema, analisa o Fórum, é a falta de uma postura isenta por parte da STPC que fez o EIA/Rima. No capítulo que se refere ao "Alcance da obra", a STPC reproduz literalmente trechos inteiros dos textos apresentados pela Champion e sua subsidiária Chamflora.

"O mais grave é que esta prática usada pela STPC - diz Sandro Galazzi,

coordenador da CPT/AP - não se limita à descrição técnica dos dois projetos em si, mas assume como sua a avaliação das justificativas, dos impactos e medidas mitigadoras feitas pela empresa". Outro ponto é que o EIA nunca coloca em discussão ou analisa a fundo os custos operacionais, de investimentos e de produção apresentados pela empresa.

Outra falha é a falta de informação sobre a localização dos plantios. Por enquanto só se analisa a fazenda Asa Branca onde estariam os primeiros viveiros, sendo que essa área representa apenas 5% do total que é estimado às vezes em 280.000 hectares e, em outras, em 286.000 ou 286.260.

Faltam também informações sobre as medidas mitigadoras do impacto ambiental e sócio-econômico. Neste último item quase todas as medidas previstas são direcionadas às necessidades da empresa e de seus funcionários, prevendo recursos da ordem de US\$ 5 milhões. Já os recursos para a integração do projeto com a comunidade local não são mencionados. O único benefício direto e concreto é resumido na possibilidade de um excedente de energia ser "vendido" para a comunidade ao preço de US\$ 0,04 por kilowatt gerando uma entrada anual para a empresa de US\$ 3.754,400.

Além de apontar as falhas no EIA/Rima, o Fórum da Sociedade Civil Organizada denuncia a pressão feita sobre pequenos agricultores para vender suas terras à empresa e a incorporação de 30 mil hectares de terras públicas federais. Neste sentido, a CPT/AP encaminhou um documento ao Ministério Público Federal denunciando esta incorporação aumentando abusivamente o tamanho da área, no caso a fazenda Itapoã, sobre o pretexto de serem "terras contínuas".

Ao aumentar o tamanho da área também foram incorporados terrenos de pequenos agricultores com suas posses regularmente conhecidas e cadastradas pelo Incra. No documento, contendo todos os detalhes da incorporação, o Fórum pede que o Ministério Público Federal instaure um inquérito civil público suspendendo o processo de licenciamento dos projetos Champion/Chamflora até que sejam apuradas as irregularidades e ilegalidades.

NOTAS

Mobilização de lavradores em Roraima

Os lavradores de Roraima estão se organizando para lutar pelos seus direitos. A primeira mobilização ocorrida no Estado, levou 338 lavradores do município de Bonfim, a acampar em frente à sede do Incra, em Boa Vista para conseguir crédito de implantação a que têm direito.

Eles fazem parte de um grupo de 799 famílias que foram assentadas, entre 1993-94 às margens da rodovia estadual RR-170, construída há três anos atrás

no sul de Roraima, porém não receberam o crédito de implantação nem financiamentos do Procerá. Além dos recursos, estão reivindicando do Governo estadual a recuperação da rodovia que está intransitável e melhores condições de saúde, educação e transporte.

Esta é a primeira manifestação dos lavradores de Roraima e um passo importante para o fortalecimento de sua organização.